

ÁREA: Ciências Econômicas

ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO NO ENSINO SUPERIOR DO BRASIL PÓS ABERTURA ECONÔMICA

VITTI, Wellington¹

BASTOS, Luciana²

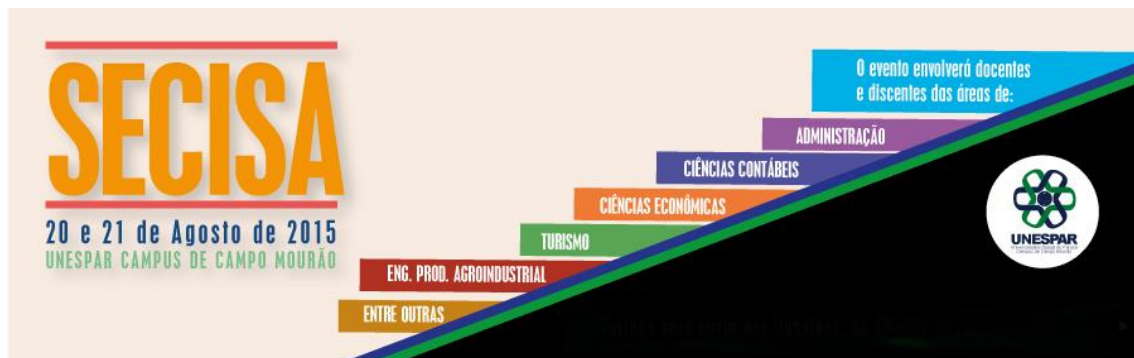
O objetivo deste trabalho é analisar o volume de investimentos do governo federal brasileiro na educação superior do Brasil pós abertura econômica, com o intuito de verificar a influência da abertura econômica brasileira na expansão do ensino superior no país. As metodologias utilizadas serão a revisão bibliográfica e a estatística descritiva. A hipótese principal é a de que houve uma expansão significativa do investimento governamental no ensino superior no país, verificada pela expansão no número de instituições privadas de ensino criadas no Brasil após a abertura econômica, quando comparada a criação de universidades públicas. Este trabalho é resultado de uma investigação em curso.

Introdução

A sociedade brasileira, passou durante a década de 1990 à maior transformação social desde a instauração da ditadura militar em 1964, esse processo é conhecido como abertura econômica, a introdução do Brasil em um mercado mundial de comércio que vem intensificando o desenvolvimento da globalização. Tal processo, transformou a organização de toda a sociedade brasileira, que até então passava por duas décadas e meia

¹ Graduando em Ciências Econômicas, UNESPAR – Campus de Campo Mourão / wellingtonzachytkovitti@gmail.com

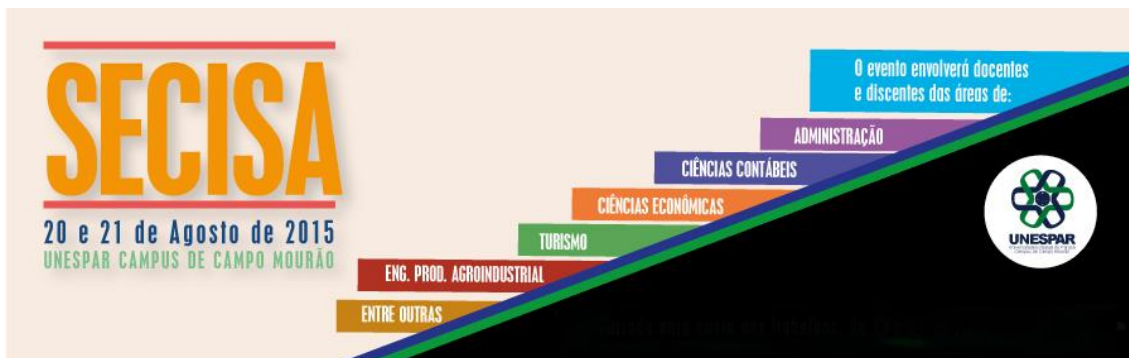
² Prof. Dr. Do Curso de Ciências Econômicas, UNESPAR – Campus de Campo Mourão / singerlu@gmail.com



de regime militar e intensificação das atividades econômicas gerenciadas pelo estado, ciente do alto volume de capital privada tanto nacional quanto internacional que a partir de então passaram a ver o Brasil como potencial mercado para investimento, desde então qual foi a postura do governo federal com relação aos investimentos em educação superior? Esse trabalho busca analisar os investimentos realizados, pelos governo Federal brasileiro no ensino superior no país, após o processo de abertura econômica. Para tanto, será realizada uma breve revisão de literatura demonstrando como esse processo de abertura econômica se deu no país, após a década de 1990, amparado sobre o Regionalismo Aberto. A principal hipótese levantada consistem em que os investimentos do governo federal em educação superior publica se mantem constantes e através de alterações legais em leis e decretos o governo federal passou a injetar dinheiro no setor privado, logo repassando a responsabilidade e formação de graduando para o sistema privado de ensino superior. Essa investigação está em desenvolvimento e terá conclusão em Setembro de 2015. Ele será apresentado como trabalho de conclusão de curso em Ciências Econômicas na Universidade estadual do Paraná – Campo Mourão.

Desenvolvimento

O Brasil durante mais de vinte anos de regime militar, somado à diversos planos econômicos incapazes de regular o sistema econômico, processo inflacionário, criaram pré-condições para que fosse pensado uma inovação político-econômicas para a década de noventa. O projeto neoliberal que vem para modelar a economia brasileira, já possuía suas diretrizes definidas e muito bem posicionas pelo consenso de Washington, diante disto, diversos autores costumam chamar que o Brasil neste período, não implantou o sistema econômico e sim “adotou à apostila” neoliberal. O Consenso de Washington teve um importante papel para a modelagem do neoliberalismo, em primeiro lugar, a redução do estado nas atividades sociais aumentava seu foco no controle da estabilidade econômica, além do que, abre espaço para a atividade privada regular à atividade econômica, em segundo lugar, a abertura econômica tanto no sentido de importação e exportação de bens e serviços, quanto na entrada de capital estrangeiro geram condições propicias para a soberania de um mercado autônomo tanto internamente quanto

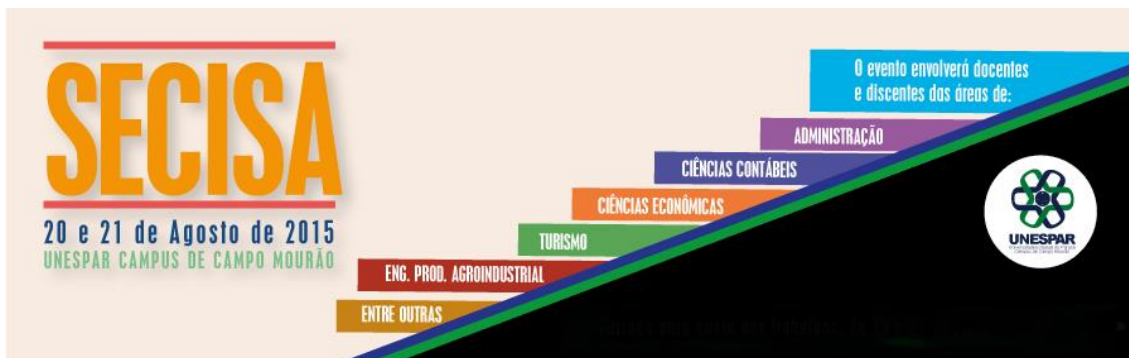


externamente. Os desdobramentos causados dentro do sistema educacional brasileira seguiram basicamente dois trajetos, o primeiro a implantação de atividades privadas dentro das instituições públicas de ensino superior o segundo a expansão das instituições privadas de ensino superior, para a política neoliberal o ensino superior é um gastos desnecessários para a esfera pública, a principal função do estado dentro do ensino deve se concentrar na educação básica e no ensino profissionalizante.

Esse investimento pode ser claramente notado ao compararmos o investimento realizado pelo governo federal, em 2000 foram gastos dos cofres públicos na educação superior o valor de R\$ 11.077.958.435,77, que é referente à 0,9% do valor do Produto Interno Bruto (PIB) enquanto no ensino básico foram gastos R\$ 44.083.364.131,56, equivalente à 3,7% do PIB, enquanto isso para 2013 o percentual gasto para o ensino básico subiu para 5,1% e para o ensino superior cresceu para 1,1% do valor do PIB, nesta comparação fica evidente que o investimento realizado pelo governo federal veio aumentando consideravelmente para o ensino básico e se mantendo estagnado no ensino superior. Isso comprova como que o sistema está desenvolvendo sua política neoliberal e realmente está voltando sua atenção para as formação educacional básica, e mantendo a mínima manutenção do ensino superior, resta agora sabermos se as instituições privadas estão sendo tomando o lugar das instituições públicas e como isso vem ocorrendo dentro do Brasil.

Primeiramente vamos analisar o marco inicial que distinguiu as instituições de ensino superior, na aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em Dezembro de 1996, favoreceu a expansão deste setor, no decorrer desta lei o governo federal reconhece a existência de empresas de ensino superior visando o lucro através da comercialização do ensino.

Após aprovação da LDB, o número de instituições privada cresceu exponencialmente, em 1996 as instituições de ensino superior privadas representava 77% do total de universidade já em 2013 passaram a representar 87% do total de instituições, um crescimento pequeno quando comparado com o número de instituições criadas que



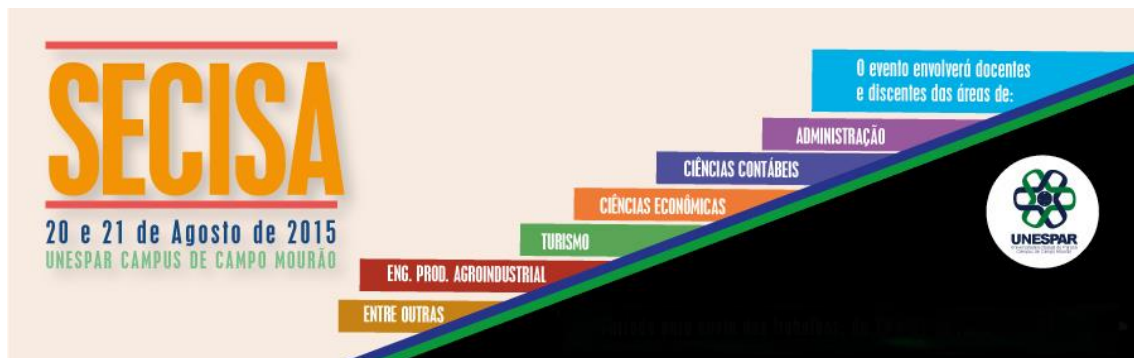
em 1996 o sistema público contava com 211 instituições e em 2013 conta com 301, um crescimento de 43% enquanto no mesmo período o sistema privada contava com 711 instituições e logo em seguida já apresentava 2090, um crescimento de 194%, praticamente triplicando o número de instituições de ensino.

O desenvolvimento acelerado do sistema privado de ensino superior no Brasil, foi medidas propostas até mesmo pelo Banco Mundial que define que o Estado deve incentivar e financiar essas instituições porque desta forma está gerando “[...] condições de igualdade para todas as instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou privadas”. E criando condições positivas para as instituições privadas de ensino superior (BANK, 1997).

O desenvolvimento das políticas públicas e do crescimento das universidades privadas fica novamente evidente ao comparamos o número de alunos que utilizam os serviços, de 1993 para 2013 o sistema privado aumentou 146% do total de alunos matriculados enquanto isso o sistema público apenas 54%, quanto à elevação do número de matrículas, o governo vem através de subsídios oferecidos pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), tais investimentos que são aplicados indiretamente nas instituições de ensino superior privada. O processo de fortalecimento da educação superior privada, acelerou principalmente após à abertura econômica, mais foi apenas através da mudança de leis e diretrizes que o capital privado conseguiu plenamente se desenvolver, tudo isso alavancado por enormes montantes de investimentos do governo federal que vem na forma de subsidio para as universidades privadas.

Conclusão

O crescimento acelerado das instituições privadas de ensino superior no Brasil, após a abertura econômica realmente está vinculada com o incentivo e subsídios dados as instituições. As alterações realizadas nas leis em especial na LDB de Dezembro de 1996, auxiliar muito a abertura do sistema educacional para a entrada de instituições privadas que tem o propósito de gerar lucro com o mercado do saber, o governo federal brasileiro,



passou à ampliar seu investimento no ensino básico para garantir que o ensino superior possa ser desenvolvido pela iniciativa privada, tanto de forma direta de abertura e expansão das universidades quanto de forma indireta com o auxílio de investimentos de estudo em instituições privadas, programas como FIES e ProUni, através do estudo realizado até o exato momento pode se constatar que à hipótese levantada inicialmente está sendo verdadeira até então.

Referências:

BANK W. Higher education: the lessons of experience. Washington, DC: World Bank, 1994

BRASIL. Decreto no 5.622, de 19 de Dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 2005.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Brasília: INEP, 1996. Anual

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Brasília: INEP, 2013. Anual